

BOLETIM 141

Brasília, 13 de junho de 2016

Presidente promove encontro com lideranças sindicais. CONTRICOM presente!

Lideranças sugerem ao presidente investir na construção como saída mais rápida para retomar o crescimento e gerar empregos. Temer fez um apelo ao diálogo e disse que não fará “nada contra os trabalhadores”

O presidente em exercício Michel Temer ofereceu, na tarde da última sexta-feira (10), um almoço, no Palácio do Jaburu, a representantes de centrais sindicais e das confederações nacionais de trabalhadores, para discutir propostas para a reforma da Previdência Social e ações de combate ao desemprego, entre outras medidas que o governo pretende adotar.

O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho, que também é o 1º vice-presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) compareceu ao encontro, quando, mais uma vez, reafirmou “a necessidade urgente do governo priorizar investimentos na área da construção, pela sua capacidade de responder rapidamente aos estímulos com a



Calixto, da NCST; o presidente Temer; e o presidente Mazinho durante o almoço



Mazinho participa da reunião do presidente interino com as lideranças sindicais

geração de emprego e renda em várias cadeias produtivas da economia”.

Manifestação nesse sentido foi feita diretamente a Temer pelo presidente da NCST e da CNTI, José Calixto Ramos. Calixto salientou que “o nosso grande problema é que o Brasil, de certa forma, esta trancado. A república ruiu e o peso maior recai nas costas dos trabalhadores, e

enquanto não conseguirmos retomar o crescimento do país, tomando como base a Constituição, reforçando a área da construção e da siderurgia, permitindo com que as grandes empresas voltem a funcionar, não iremos avançar em nada”, sentenciou Calixto.

O deputado Paulo Pereira da Silva, presidente da Força Sindical, falou das dificuldades do movimento sindical aceitar mudanças no sistema previdenciário que afetem direitos adquiridos. Ele chegou a se referir a um “impasse” quanto à idade mínima para aposentadoria.

Antonio Neto, presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) deu ênfase ao combate à sonegação como forma do governo recuperar recursos no setor da Previdência.

Lourenço Prado, representante União Geral dos Trabalhadores (UGT) e coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), também se posicionou no sentido do governo promover as reformas sem mexer no direito dos trabalhadores, seja na questão da previdência ou da legislação trabalhista. E lembrou que o movimento sindical não aceita a mudança na lei para dar prevalência ao negociado sobre o legislado. Lourenço relatou, ainda, a reunião recente em que compareceu da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra, na Suíça.

Já o presidente interino, após afirmar que “as dificuldades encontradas são muito maiores do que se pode imaginar”, garantiu aos sindicalistas que o governo não tomará nenhuma iniciativa sem consulta-los, defendendo a manutenção de um diálogo permanente com o movimento sindical, da mesma forma que o governo está fazendo com o segmento



O presidente da NCST, José Calisto Ramos, ladeado por demais lideranças sindicais, dirige-se ao presidente Temer durante encontro que discutiu assuntos de interesse dos trabalhadores

empresarial, cujos representantes foram recebidos pelo governo na última quinta-feira.

Além disso, Temer ressaltou que a primeira medida foi de criar “harmonia” entre o Legislativo e o Executivo, porque um dos meios de se conversar com sociedade é pelo Congresso Nacional”.

“Não vamos fazer nada contra os trabalhadores. (...) Temos que fazer mudanças por meio do diálogo. Vamos nos entendendo em nome do país”, disse o presidente em exercício no encontro.

Grupo de trabalho - O governo criou, no mês passado, um grupo de trabalho para debater alterações nas regras previdenciárias. Esse grupo pretende fechar, ainda em junho, a proposta de reforma na Previdência para enviar ao Congresso Nacional.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Nota de Pesar

Osmar Antonio de Barros

A Diretoria da CONTRICOM – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário, consternada pelo falecimento na data de 12 de junho de 2016 do senhor **Osmar Antonio de Barros**, presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário do Estado de Minas Gerais – FETICOM/MG, filiado a CONTRICOM.

Vem por meio deste apresentar aos familiares e amigos nossos profundos e sinceros pêsames, pela perda irreparável.

Sem mais, renovamos os votos de estima e apreço. Cordialmente,

Francisco Chagas Costa (Mazinho)
Presidente da CONTRICOM.

OUTRAS INFORMAÇÕES

O corpo do companheiro está sendo velado desde às 00:00h de hoje na Igreja São Sebastião em Barbacena, saindo da Igreja às 15:30 h. O sepultamento será às 16 h também de hoje, no Cemitério Repouso da Saudade em Barbacena/MG.

Mensagens poderão ser encaminhadas para o email ou endereço do Sindicato:

Rua: Rodolfo de Abreu, nº.48 – Bairro: Padre Cunha.

CEP: 36.202-326 – Barbacena – MG

Telefone: (32)3331 – 6540

E-mail: sindicatoticmbarbacena@yahoo.com.br



Ministro se reúne com centrais sindicais na 105ª Conferência da OIT

Cumprindo com o compromisso de dialogar com as centrais sindicais sobre os temas de interesse dos trabalhadores, o ministro do Trabalho Ronaldo Nogueira (*foto*), promoveu, em Genebra (Suíça), uma reunião com as entidades sindicais que integram a delegação brasileira na 105ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Compareceram os representantes da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), União Geral dos Trabalhadores (UGT), Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) e Força Sindical. Todos eles se colocaram a disposição do ministro para conversar com o governo.

Sobre esse mesmo assunto, Ronaldo Nogueira também concedeu entrevista ao correspondente do Jornal O Estado de S. Paulo, na qual falou sobre como está conduzindo as conversas com os sindicalistas. “Já visitei a Força Sindical, a Nova Central, UGT e a CSB e quero visitar a CTB e a CUT. São centrais importantes e precisam estar na mesa para construir essa



legislação. Todos os sindicatos são necessários para a representação”.

Ainda na quinta-feira, o ministro também participou das reuniões sobre trabalho decente para juventude. Foram debatidos temas como o cenário no mercado de trabalho para a juventude, o desafio do emprego, as políticas públicas e a atuação da OIT nessa área. Ele encerrou sua participação na Conferência da OIT à noite em um jantar da Confederação Nacional do Comércio.

Delegações dos 187 estados membros da OIT participam da Conferência, teve início em 30 de maio. Neste ano, os principais assuntos tratados foram trabalho decente e seu papel na promoção da paz e o impacto da declaração da OIT sobre justiça social no contexto da globalização. Também foi colocado em debate o relatório da OIT: ‘Perspectivas sociais e de emprego no mundo 2016 – transformando empregos para acabar com a pobreza’.

Fonte: MT

Custeio da atividade sindical: deputado Paulinho agenda reunião para quarta-feira

Estão em estudo mais de 50 proposições que tramitam na Casa sobre o tema e também sobre a estrutura da organização sindical vigente

O presidente da Comissão de Financiamento da Atividade Sindical, deputado Paulo Pereira (SD-SP), agendou para a próxima quarta-feira (15), reunião para apresentação de

parecer do deputado Bebeto (PSB-BA), sobre a possibilidade da cobrança da contribuição assistencial.

Estão em estudo mais de 50 proposições que tramitam na Casa sobre o tema e também sobre a estrutura da organização sindical vigente. O relator concentrou o seu parecer apenas no que trata de fonte de custeio das entidades sindicais, tanto de patrões como de empregados.

O colegiado, que teve início em outubro de 2015, fez várias audiências, tanto na Câmara Federal, com a participação das Centrais Sindicais e das Confederações patronais além do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Ministério Público do Trabalho (MPT), entre outros, como também nos estados, contando com federações e sindicatos de diversas categorias profissional e econômica.

Fonte: Diap

Pesquisa do Ipea indica que jovens são mais afetados pelo desemprego

Números referentes ao mercado de trabalho, divulgados na sexta-feira (10) pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), indicam que os jovens entre 14 anos e 24 anos constituem a população mais afetada pelo desemprego no país no primeiro trimestre deste ano.

O desemprego nesse grupo, que era de 15,25% no quarto trimestre de 2014, subiu no acumulado de janeiro a março deste ano para 26,36%, segundo o Grupo de Conjuntura do Ipea.

Fonte: Agência Brasil



Governo quer cortar 4,3 mil cargos comissionados

O governo cortará 4.307 cargos comissionados e funções, anunciou há pouco o ministro interino do Planejamento, Dyogo Oliveira. Além disso, 10.462 cargos de Direção e Assessoramento Superiores (DAS), de livre provimento, serão convertidos em funções comissionadas, exclusivas de servidores concursados.

De acordo com Oliveira, as mudanças permitirão ao governo economizar R\$ 230 milhões por ano. Os ministérios e os órgãos vinculados terão 30 dias para reformular a estrutura administrativa e suprimir as funções e os cargos comissionados.

Fonte: Portal EBC

Comissão debaterá com ministros impacto do desemprego no comércio e na indústria

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços tem audiência pública, na terça-feira (14), para debater o impacto econômico do índice de desemprego no comércio e na indústria.

Foram convidados o ministro do Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços, Marcos Pereira; o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira de Oliveira; o diretor da

Organização Internacional do Trabalho no Brasil (OIT), Peter Poschen; e o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade.

Demissões - O evento foi proposto pelo deputado Adail Carneiro (PP-CE). O parlamentar argumenta que com a elevação da taxa de demissões, o tema desemprego ganhou força novamente no debate sobre a política econômica. "Há argumentos defendendo que o desemprego crescente no Brasil é fruto principalmente da rigidez das normas trabalhistas em vigor. Pesquisadores também pregam que o desemprego é consequência do ambiente macroeconômico adverso e das taxas de juros crescentes."

Fonte: Agência Câmara

Empresa que estipula plano de saúde coletivo a funcionários é mera interveniente

Empresa que estipula plano de saúde coletivo aos funcionários não possui legitimidade para figurar no polo passivo de demanda proposta por ex-empregado, quando ele busca permanecer como beneficiário após aposentadoria ou demissão sem justa causa. Nesse caso, ela atua apenas como interveniente, na condição de mandatária.

Esse entendimento foi adotado pela Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em julgamento de recurso especial da Ford Motor Company Brasil.



Após ter sido demitido pela Ford, um funcionário ajuizou ação contra a ex-empregadora e a Bradesco Saúde para garantir a manutenção, como beneficiário, do plano de saúde coletivo vinculado à empresa, nas mesmas condições de cobertura e mensalidade de quando estava em vigor o contrato de trabalho.

O relator, ministro Villas Bôas Cueva, explicou que, para se aferir a legitimidade passiva da empresa, na qualidade de estipulante, “revela-se necessário verificar a natureza jurídica das relações estabelecidas entre os diversos atores nesse contrato: usuários, estipulante e operadora de plano de saúde”.

Plano coletivo - Quanto ao plano de saúde coletivo, o relator disse que, apesar de serem contratos distintos, as relações existentes entre as diferentes figuras são similares àquelas do seguro de vida em grupo. Por fim, Villas Bôas Cueva afirmou que a empresa estipulante, em princípio, não possui legitimidade para figurar no polo passivo da demanda, pois atua apenas como interveniente, na condição de mandatária do grupo de usuários, e não da operadora.

Fonte: STJ

Empregado deve ser comunicado sobre período de férias com pelo menos 30 dias de antecedência

Todo empregado tem direito ao gozo de um período de férias por ano. E para que o trabalhador possa se programar para usufruí-la, o empregador deve comunicar ao empregado com

antecedência de, pelo menos, 30 dias, qual será o período reservado às férias dele, devendo o empregado dar recibo dessa comunicação. Já o pagamento das férias, com acréscimo de um terço, deve ser efetuado até dois dias antes do início do período de gozo (artigos 135 e 145 da CLT), mediante quitação do empregado.

Ao examinar a questão, a juíza Anaximandra Kátia Abreu Oliveira deu razão ao coordenador. Como explicou a magistrada, caso a empresa descumpra essas determinações, concedendo as férias ou efetuando o pagamento fora do prazo legal, ainda que as férias tenham sido gozadas em época própria, a parcela deve ser paga de forma dobrada.

Por essas razões, a julgadora condenou a empresa ao pagamento da dobra das férias nos períodos aquisitivos de 2009/2010 e 2010/2011, acrescidas do terço constitucional. A empresa recorreu, mas o TRT mineiro manteve a decisão de origem, por unanimidade.

Fonte: Jusbrasil

AGENDA DO PRESIDENTE

FRANCISCO CHAGAS COSTA – MAZINHO

Acompanha, hoje, nem São Luiz do Maranhão, o processo eleitoral da Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário daquele estado.

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)